

**Do PAC ao PAC'stão:
O direito à paisagem como intermédio ao direito à cidade no Complexo de
Manguinhos – RJ**

SESSÃO TEMÁTICA: DIREITO À PAISAGEM
CATEGORIA: ARTIGO ACADÊMICO CIENTÍFICO

Autora: Náta!i Roberta de Sousa Nuss

RESUMO

Este artigo aborda o direito à paisagem no contexto do direito à cidade, com ênfase na urbanização de favelas, especialmente nas intervenções do PAC Favelas no Complexo de Manguinhos, RJ, que atingiu uma década em 2023. A análise se concentra não apenas nas expectativas e resultados do PAC, lançado em 2007, mas também nos efeitos na sociabilidade urbana. Após uma década, a pesquisa visa compreender as mudanças sociais e a apropriação do espaço público pelos moradores. Os objetivos incluem uma identificação minuciosa do projeto, a análise das atividades sociais emergentes, a investigação das transformações sociais e culturais, e uma avaliação da efetividade das intervenções. Este estudo contribui para discussões sobre a promoção da apropriação do espaço público em áreas periféricas, enfatizando a participação cidadã como ferramenta de luta ao direito à cidade. Busca-se fornecer uma base sólida para análises futuras, destacando a importância de entender o papel crucial da paisagem na construção de ambientes urbanos mais inclusivos.

PALAVRAS-CHAVES: Função Social da Paisagem; Direito à Cidade; Programa de Aceleração do Crescimento; Complexo de Manguinhos; Urbanização de Favelas.

ABSTRACT

This article addresses the right to the landscape within the context of the right to the city, with a focus on the urbanization of favelas, particularly in the interventions of the PAC Favelas in the Complexo de Manguinhos, RJ, which completed a decade in 2023. The analysis centers not only on the expectations and outcomes of the PAC, launched in 2007, but also on its effects on urban sociability. After a decade, the research aims to comprehend the social changes and the appropriation of public space by residents. Objectives include a detailed identification of the project, the analysis of emerging social activities, the investigation of social and cultural transformations, and an assessment of the effectiveness of the interventions. This study contributes to discussions on promoting the appropriation of public space in peripheral areas, emphasizing citizen participation as a tool in the struggle for the right to the city. The goal is to provide a solid foundation for future analyses, highlighting the crucial role of the landscape in the construction of more inclusive urban environments.

KEYWORDS: Social Function of the Landscape; Right to the City; Programa de Aceleração do Crescimento; Complexo de Manguinhos; Favela Urbanization.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa discutir o direito à paisagem enquanto um basilar elemento constitutivo do direito à cidade a partir do enfoque na urbanização de favelas. Com efeito, tem-se como recorte territorial e temático as obras do PAC Favelas - um dos ramos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - no Complexo de Manguinhos - RJ que completaram dez anos em 2023. Dentre diversos enclaves e justas críticas, ao dissolver o grande e fragmentador vazio urbano que representava o DSUP para a região, pode-se afirmar que a intervenção oportunizou novas possibilidades em favor da paisagem urbana e da apropriação do espaço público.



Nessa perspectiva, o estudo apresentado tenciona apreender e assimilar as transformações urbanas pelas quais o Complexo de Manguinhos passou através das grandes obras de infraestrutura e urbanização do PAC, lançado em 2007. Para além de apenas explorar as expectativas e resultados efetivos do projeto urbano dentro das prerrogativas do programa, pretende-se também avaliar sua repercussão na sociabilidade urbana da área transfigurada.

Tal esforço, ao se processar após um ínterim de dez anos, além de permitir um entendimento mais amplo do objeto de estudo, igualmente favorece a apreensão das consequências dessa ação na apropriação do espaço público da favela pelos seus moradores atualmente. Desse modo, o objetivo geral consiste em analisar e compreender a insurgência de novas práticas sociais decorrentes da implementação de extensos projetos de urbanização em favelas, focalizando suas potencialidades de apropriação do espaço público nos resultantes espaços livres urbanos (MAGNOLI, 1982; QUEIROGA, 2011) e o fomento ao acesso ao direito à cidade por meio do direito à paisagem.

Já no que tange aos objetivos específicos, é possível relacionar: a) a identificação detalhada do projeto de urbanização pelo qual passou o Complexo de Manguinhos - RJ via PAC Favelas; b) a análise das atividades sociais emergentes ligadas a esses empreendimentos urbanos; c) a investigação das transformações sociais e culturais decorrentes do projeto; e d) a formulação de uma avaliação crítica da efetividade das intervenções no cotidiano dos moradores.

Por fim, espera-se alcançar resultados que deem conta de formar uma sólida base para discussões mais aprofundadas acerca da promoção da apropriação do espaço público em áreas periféricas e vulneráveis como ferramenta de participação cidadã.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Manguinhos - Uma caracterização:

Tudo isto posto, é mister sinalizar algumas questões relativas ao recorte territorial da presente pesquisa: o Complexo de Manguinhos. Essa designação refere-se a um conjunto de favelas que está situado na Área de Planejamento 3 (AP3) do município do Rio de Janeiro e que é ladeado pelos bairros da Penha, Olaria, Ramos, Maré e Bonsucesso, na Zona Norte da cidade. É aos trabalhadores da construção do Castelo do Instituto Oswaldo Cruz, em 1901, que o movimento de ocupação inicial das favelas constituintes do Complexo de Manguinhos é associado (SILVA, 2019).

Sua forma urbana, além de ser justificada através dessa ocupação inicial, é tida também como resultado de algumas intervenções governamentais e planos incompletos, conforme argumenta Alexandre Pessoa (2006):

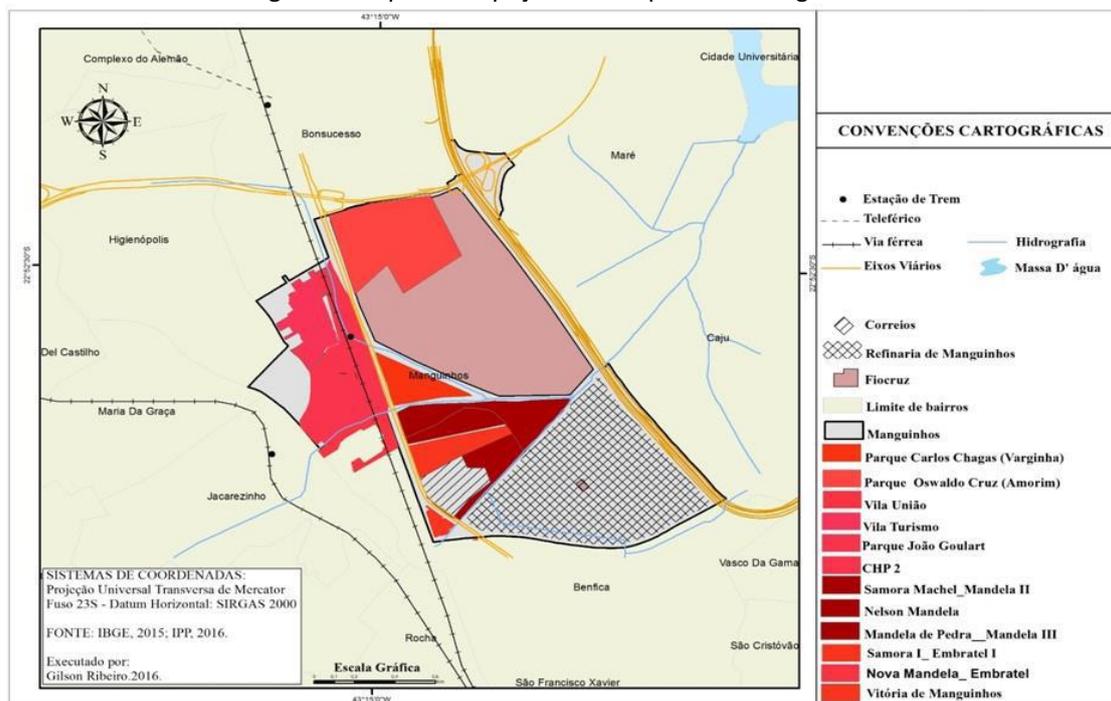
As ações, inconclusas, abriram caminho para a instalação do Instituto Oswaldo Cruz, da construção da Avenida Brasil, da Refinaria de Manguinhos e de dois grandes complexos de favelas, a Maré e o de Manguinhos; e servindo como área de atuação de planos e projetos com o Bairro Industrial de Jorge Macedo Vieira em 1927, Agache em 1930, Avenidas Faria-Timbó e Guanabara nos anos 1950, Doxiadis em 1960, pub-rio nos anos 1970, Projeto Rio em 1980 e finalmente as Linhas Amarela e Vermelha nos anos 1990. Os planos, paradoxalmente, abriram espaço para a favelização, a partir de sua incompletude e da geração de grandes espaços livres,

de posse do governo em suas três esferas, acentuados pelas crises políticas e econômicas brasileiras. (PESSOA, 2006, p. 9)

As ações, inconclusas, abriram caminho para a instalação do Instituto Oswaldo Cruz, da construção da Avenida Brasil, da Refinaria de Manguinhos e de dois grandes complexos de favelas, a Maré e o de Manguinhos; e servindo como área de atuação de planos e projetos com o Bairro Industrial de Jorge Macedo Vieira em 1927, Agache em 1930, Avenidas Faria-Timbó e Guanabara nos anos 1950, Doxiadis em 1960, pub-rio nos anos 1970, Projeto Rio em 1980 e finalmente as Linhas Amarela e Vermelha nos anos 1990. Os planos, paradoxalmente, abriram espaço para a favelização, a partir de sua incompletude e da geração de grandes espaços livres, de posse do governo em suas três esferas, acentuados pelas crises políticas e econômicas brasileiras. (PESSOA, 2006, p. 9)

Nessa esteira, Manguinhos foi classificado como bairro a partir de 1988, mas por se tratar de uma união de favelas, seus limites territoriais são bastante imprecisos e em constante mudança ainda nos dias de hoje. Aliás, com os impasses recentes na atualização da pesquisa de Censo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desafio de se apreender esse território foi acentuado. Não obstante essa condição, no mapa abaixo (figura 1) é viável apontar doze ocupações pertencentes ao Complexo, segundo os dados de 2015 do IBGE associado aos de 2016 do Instituto Pereira Passos (IPP):

Figura 1: Mapa de ocupação do Complexo de Manguinhos.



Fonte: Silva (2019) baseado em IBGE (2015) e IPP (2016).

Há, no entanto, inúmeras controvérsias no que concerne ao número exato de favelas integrantes desse conjunto. A depender da fonte de consulta, esse quantitativo pode ir de doze



a dezesseis assentamentos. Em todo caso, de acordo com dados do Rio Mais Social (2015)¹, o Complexo é composto pelas seguintes favelas: Vila Turismo, Vila União, Vila São Pedro, Parque João Goulart, CHP-2, Parque Manoel Chagas, Comunidade Agrícola de Higienópolis, Parque Oswaldo Cruz, Parque Herédia de Sá, Parque Horácio Cardoso Franco, Vila Arará, Vitória de Manguinhos, Mandela de Pedra, Conjunto Nelson Mandela, Conjunto Samora Machel, Conjunto Ex-Combatentes e Suburbana.

É crucial entender, de todo modo, que as favelas do Complexo de Manguinhos são socialmente experimentadas pelos seus moradores como absolutamente heterogêneas entre si, independentemente do número preciso de assentamentos ou pessoas abarcadas por essa área (SILVA, 2019).

Outro aspecto fundamental a ser considerado é a problemática amplamente veiculada relativa à segurança pública, haja vista os elevados índices de violência urbana advindos da presença e da atividade do narcotráfico (PESSOA, 2006; LIMA, 2018). Em função disso, a propósito, Manguinhos transcorreu por um processo de êxodo de empresas públicas e privadas a partir da década de 1990 (SILVA, 2019).

A esse respeito, Alexandre Pessoa (2006, p. 9) reflete sobre a relação entre o Complexo e a criminalidade ao repercutir como os veículos de comunicação se referiam à localidade: “No início do século XXI, Manguinhos é uma região de conflito, referenciada pela imprensa como ‘Faixa de Gaza’, [...], com os piores índices socioeconômicos da cidade do Rio de Janeiro.”

Enfatiza-se aqui, inclusive, essa alcunha de “Faixa de Gaza” atribuída a Manguinhos – mais especificamente à extensão da Avenida Leopoldo Bulhões –, pois este texto retornará a esse título para esmiuçar a insurgência de novas práticas sociais atuais do local que subvertem a ideia equiparativa dessa designação. No entanto, para todos os fins, convém esclarecer que a referida denominação provém de um ímpeto comparativo e estigmatizante, por parte dos grandes veículos de imprensa, do Complexo com a região da Faixa de Gaza no Oriente Médio - um território palestino sabidamente conflagrado por guerra e disputas por território.conforme este modelo.

2.2 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Um panorama geral

A região de Manguinhos, assentada em uma área de mangue, sempre apresentou dificuldades relacionadas à infraestrutura básica e saneamento, resultando, inclusive, na sua exclusão do programa Favela-Bairro da década de 90. Esse programa foi criado durante o mandato do prefeito César Maia e tinha o objetivo de integrar as regiões favelizadas à cidade (LO BIANCO, 2011).

Todavia, em 2007, o Complexo de Manguinhos foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, que tinha como propósito acelerar o desenvolvimento sustentável do país, melhorar a produtividade e combater as desigualdades sociais e regionais (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010). Sua incorporação se deu por meio da faixa PAC Favelas dentro do programa.

Em uma caracterização geral, o Programa de Aceleração do Crescimento foi lançado ainda em 2007 durante o segundo governo do Presidente da República Luíz Inácio Lula da Silva, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico através de investimentos em grandes

¹ Acessado através do relatório Manguinhos e seus Caminhos (2015) produzido pelo CECIP. O site do Rio Mais Social não está mais em funcionamento.



obras de infraestrutura urbana. Dividiu-se em dois momentos diferentes: o PAC 1 (2007-2010) e o PAC 2 (2011-2014), começando no Governo Lula até minguar no Governo Dilma Rousseff, sobretudo em razão da instabilidade política.

Já no que se refere à sua organização, esta se dava por meio de eixos de investimento e modalidades compostas por programas e ações. Não só o eixo de investimento denominado como "Infraestrutura Social e Urbana" do PAC 1 interessa à presente pesquisa, bem como a modalidade "Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP)", em particular (CARDOSO e DENALDI, 2018).

Concernente aos recursos investidos, é possível dizer que a urbanização de favelas pelo PAC foi composta utilizando recurso de diferentes fontes – onerosas, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); e não onerosas, como o Orçamento Geral da União (OGU) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Importante salientar, inclusive, que os recursos não onerosos eram predominantes dentro do programa (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2018).

Em linhas gerais, pode-se mencionar que o maior destaque do programa deve-se a sua proposta clara de objetivar resultados céleres para afetar de maneira benéfica tanto a economia, quanto a cidade, criando uma circularidade de causa e consequência. Assim sendo, suas intervenções abrangem a implantação de infraestrutura urbana básica, incluindo, portanto, iluminação pública, saneamento ambiental, adequação de sistema viário, recuperação ambiental, novas unidades habitacionais e equipamentos comunitários.

É viável constatar que o PAC possibilitou a ampliação de escala dos projetos urbanos em favelas mesmo em municípios como Rio de Janeiro e São Paulo que tinham uma experiência prévia com programas de urbanização de assentamentos precários e maior capacidade de investimento. O Rio de Janeiro, inclusive, foi a cidade que mais recebeu investimentos do PAC para este fim, tendo captado quase três bilhões de reais. Como consequência, foi viável que intervenções maiores pudessem ser efetivadas, como a urbanização de três grandes favelas: Complexo do Alemão, Rocinha e Complexo de Manguinhos (CARDOSO et al, 2018).

É relevante destacar ainda que, além do Brasil como um todo, o Estado do Rio de Janeiro, especialmente, lograva de um contexto econômico positivo e favorável quando o PAC foi lançado pelo Governo Federal, haja vista que a economia fluminense gozava de boas expectativas por conta da exploração de novas áreas de petróleo e gás na Bacia de Campos (NATAL, 2007; SIQUEIRA, 2015).

Além disso, essa conjuntura ganhou novos contornos ainda mais favoráveis pelas demandas advindas dos grandes eventos que a cidade abarcou no contexto da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Para não citar ainda a conjugação do já referido bom momento econômico com a estabilidade política em todos os níveis federativos a partir, sobretudo, dos mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do ex-Governador Sérgio Cabral Filho e do Prefeito Eduardo Paes.

Nessa perspectiva, Manguinhos integrou o que se convencionou como as “intervenções emblemáticas” do PAC e importou modelos de intervenções nas *comunas*² da Colômbia, como em Bogotá e Medellín (LIMA, 2018). É factível, desse modo, perceber várias aproximações e tendências, tal como até mesmo a presença de equipamentos notáveis semelhantes – como é o caso específico da Biblioteca Parque.).

² Áreas periféricas das cidades colombianas com estruturas semelhantes às favelas brasileiras.

3 CENTRO CÍVICO DE MANGUINHOS - UM PROJETO URBANO POR JORGE MÁRIO

JÁUREGUI

À vista do exposto, este trabalho dispõe um enfoque especial no projeto urbano concebido pelo arquiteto e urbanista argentino Jorge Mário Jáuregui³, no âmbito do Consórcio Manguinhos do PAC, para o espaço livre resultante da desintegração de uma área militar desativada e murada (figura 2). O Centro Cívico de Manguinhos (figura 3) é uma parte do projeto urbano maior projetado por Jáuregui em Manguinhos e teve sua execução entre os anos de 2009 a 2013 (JAUREGUI, 2021).

Figura 2: Departamento de Suprimentos do Exército (DSUP), às margens da Avenida Dom Hélder Câmara, em vista aérea.



Fonte: JÁUREGUI (2021).

³ Jorge Mario Jáuregui é um arquiteto e urbanista argentino que vive no Rio de Janeiro. Ele se graduou na Universidade Nacional de Rosário, Argentina, como arquiteto e na Universidade Federal do Rio de Janeiro como arquiteto-urbanista. Desde a década de 1990, ele tem pesquisado e trabalhado, sobretudo, com as favelas do Rio [Tradução livre]. Disponível em: <http://www.jauregui.arq.br/biography_jauregui.html>

Sinteticamente, a ideia do projeto foi principalmente a de promover a reutilização dos galpões e das suas áreas livres decorrentes - além da criação de novos espaços - para a integração de um Centro Cívico para as favelas do entorno, incluindo equipamentos como: Unidade de Pronto Atendimento 24h (UPA), Clínica da Família Victor Valla, Biblioteca Parque de Manguinhos, Colégio Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila, Centro de Referência da Juventude e Casa da Mulher (LO BIANCO, 2011).

Figura 3: Planta de implantação do projeto do Centro Cívico no Complexo de Manguinhos.



Civic Center Site Plan / Implantación del Centro Cívico

- | | |
|--|--|
| 01 - Emergency Care Unit
<i>Unidad de Emergencia</i> | 04 - Manguinho's Library Park
<i>Parque Biblioteca de Manguinhos</i> |
| 02 - Youth Support Center
<i>Centro de Apoyo a la Juventud</i> | 05 - Core Housing
<i>Núcleo Habitacional</i> |
| 03 - Secondary School
<i>Escuela Secundaria</i> | 06 - Parking
<i>Estacionamiento</i> |

Fonte: Portfólio do arquiteto Jorge Mário Jáuregui, 2023. Disponível em: <http://jauregui.arq.br>

Jorge Mário Jáuregui é um arquiteto argentino que também foi responsável por outras obras emblemáticas do PAC como o teleférico do Complexo do Alemão. Diferentemente deste projeto, no entanto, o Centro Cívico de Manguinhos, dentre discontinuidades e crises de governança, parece ter tido um maior impacto social sob os moradores das mais de doze favelas integrantes do Complexo de Manguinhos. Tal afirmação encontra sustentação na possibilidade de apropriação do espaço público que o projeto inaugurou.

Mais do que apenas investigar as expectativas e resultados efetivos do projeto dentro das prerrogativas do PAC no momento em que foi desenvolvido e entregue, pretende-se também aqui avaliar seu impacto a longo prazo. A proposta é examinar a paisagem urbana resultante deste projeto específico por meio de uma análise morfológica alicerçada nas duas vertentes



possíveis de interpretação das dimensões que compreendem o conceito de paisagem enumeradas por Maria Angela Faggin Pereira Leite (1992) - isto é, não apenas a sua substância física e material, como ainda sua substância simbólica -, correlacionando com as apropriações e insurgências de novas práticas sociais subsequentes.

Seguindo esse entendimento, a justificativa para o enfoque especial no aspecto social e nas alterações de sociabilidade urbana deste estudo reside, não apenas no fato do seu objeto ser uma área carente de políticas públicas, mas sobretudo nas possibilidades que a mera existência física de um espaço público personificado pelo Centro Cívico gerou. É onde o *PAC'stão*⁴ entra em cena.

4 DO PAC AO PAC'STÃO: O DIREITO À PAISAGEM COMO INTERMÉDIO AO DIREITO À CIDADE NO COMPLEXO DE MANGUINHOS - RJ

Com o passar do tempo, houve o surgimento de um movimento cultural jovem e popular de apropriação desse espaço - popularmente denominado por estes moradores de *PAC'stão* -, onde “jovens artistas periféricos, apesar da carência de políticas de incentivo à cultura nesses locais semanalmente se reúnem em espaços públicos com intervenções ligadas ao hip hop, como a rima improvisada, o break e o graffiti.” (ALVES, 2017, p. 7) .

É interessante notar a subversão de camadas de estigmatização que a população de favela passou ao longo dos anos e que é expressa pela renomeação popular da área - que anteriormente havia também por meio popular ficado com o nome de “PAC” (em razão do programa de obras de infraestruturas e urbanização) - para “*PAC'stão*” e sua utilização para encontros de rodas culturais (figura 4). A própria elaboração de uma narrativa que dê conta de explicar tal nome também reflete uma atitude crítica - e por que não política? - frente à intrincada realidade dentro de uma favela.

⁴ “A praça de uma área periférica da cidade utilizada como espaço político e ressignificada com a ocupação de jovens já é de grande relevância para se elaborar um documentário. No caso de Manguinhos, além dessa juventude marginalizada se apropriar do do local, o renomearam de tal forma que fizesse mais sentido para a comunidade [...]” (ALVES, 2017 p. 13)



Figura 4: Roda Cultural do PAC'stão.⁵



Fonte: Página no Facebook do Pac'stão. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/poramoracultural>>

O nome PAC'stão advém do intuito de se fazer um contraponto à antiga alcunha “Faixa de Gaza” dada à região, conforme já visto anteriormente, ao propor um jogo de palavra e sonoridade entre o PAC e o Paquistão, país islâmico asiático igualmente conflagrado. A respeito de tal trocadilho, os próprios participantes da Roda Cultural do *PAC'stão* dizem que:

O nome ‘*PAC'stão*’ foi escolhido pelos seguintes motivos: para fazer referência ao país Paquistão e ao fato de ser uma área de conflitos armados (“Faixa de Gaza”). Além disso, também pela ocupação que os jovens fazem na praça que recebeu o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Essa junção deu origem ao nome. “PAC é Por Amor à Cultura. O nosso principal foco é atingir as crianças da nossa comunidade, porque nossa realidade é drástica. Através do Rap, e dos livros, nós tentamos mudar nosso futuro” (sic) (ALVES, 2017 p. 13).

Em resumo, é interessante discutir as condições materiais que um projeto urbano, dentro de um programa governamental, pode promover em prol do estabelecimento de atividades e empoderamento da população por ele abarcada. Independente das críticas que podem ser feitas ao programa ou ao projeto urbano, é considerável também constatar como a mera intervenção em prol da desfragmentação do território e paisagem pode impactar e fomentar tantas e novas práticas socioculturais.

⁵ Censurou-se a fotografia para que não seja possível a identificação das pessoas presentes, tendo em vista que, em razão da quantidade, não foi possível obter permissão para a divulgação de suas imagens.



Assim sendo, refletir como a Arquitetura da Paisagem pode garantir a expressão do direito à cidade em favelas é de máxima atualidade e relevância, afinal, Lefebvre diz que: “O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita, [...] Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada.” (LEFEBVRE, 2004 [1968], p. 118).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que a presente pesquisa justifica-se ao preencher três lacunas específicas dentro de um universo propositadamente delimitado de estudo acerca do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a partir da compreensão do projeto urbano e suas dinâmicas, tais como: a) Projeto urbano e PAC Favelas; b) Marco temporal emblemático; e, c) Contexto político que reforça a atualidade da discussão do programa.

Relativo ao primeiro ponto ressaltado, verifica-se que o estabelecimento de um enfoque sobre a atuação do PAC em favelas - mais especificamente, no Complexo de Manguinhos -, impõe-se como um desafio necessário de ser superado. Levantou-se e percebeu-se que estudos previamente executados acerca do PAC Manguinhos, desde sua concepção e desenvolvimento, não costumam dialogar com uma abordagem urbanística, enfocando muitas vezes tão somente na perspectiva econômica e política. Tal abordagem, nesse sentido, reforça sua importância.

Já no que se refere ao marco temporal emblemático, pode-se igualmente salientar que a proposta desenvolvida se instaura dentro de um intervalo temporal notável para que se sucedam análises e mensuração de suas propostas, resultados, limites e impactos: cerca de dez anos. Parece viável alcançar um melhor aprofundamento de avaliação do objeto de estudo pela definição de uma janela de tempo longa o suficiente a fim de aferir seus impactos, entretanto, ainda próxima o bastante da condição urbana anterior para efeitos de comparação.

E, por último, no que diz respeito ao contexto político, é um fator destacável o retorno do programa enquanto política pública pelo presidente recém-eleito Luís Inácio Lula da Silva em seu terceiro mandato. Isto porque a pesquisa, desse modo, pode lançar as bases de novas discussões, além de salientar novos limites e desafios da urbanização de favelas que o programa poderia, de maneira atualizada, enfrentar nos dias atuais.

Ressalta-se sua afinidade com o eixo temático nº01 do 7º Congresso Internacional de Arquitetura da Paisagem relativo ao direito à paisagem, tendo em vista que conversa com as perspectivas que estão sendo postas à mesa pelo evento, como a garantia da dignidade humana na cidade por meio do acesso à cidadania em espaços públicos.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais à agência de fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio à minha pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Thiago Antunes Caetano. **Travessia: Poesia, resistência e luta nas rodas culturais do Pac’stão e da União PH**. Orientador: Fernando Fragozo. Rio de Janeiro, 2017. Relatório Técnico (Graduação em Radialismo) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.



CARDOSO, Adauto Lúcio; DENALDI, Rosana. Balanço. In: CARDOSO, Adauto Lúcio; DENALDI, Rosana (org). **Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

CARDOSO, Adauto Lúcio et al. O PAC NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO—caracterização das intervenções e arranjo institucional. In: CARDOSO, Adauto Lúcio; DENALDI, Rosana (org). **Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC**, Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

CECIP, **Manguinhos e seus caminhos**. Relatório Final do Projeto Criança Pequena em Foco. Centro de Criação de Imagem Popular, 2015.

JÁUREGUI, Jorge Mario. **Estrategias de articulación urbana**. Nobuko, 2021.

JÁUREGUI, Jorge Mario. **Portfolio**. Disponível em:

<www.jauregui.arq.br/portfolio-atelier-metropolitano.pdf>. Acesso em 08 de janeiro de 2023.

LEITE, Maria Angela Faggin P. A paisagem, a natureza e a natureza das atitudes do homem. In: **Paisagem e Ambiente: Ensaio**, São Paulo: FAUUSP, n. 4, p. 45-66, 1992

LIMA, André Luiz da Silva. O Estado que produz a informalidade: o caso dos Conjuntos Habitacionais de Manguinhos no âmbito do PAC-Favelas In: **O Social em Questão**. Rio de Janeiro, ano 23. nº 42, 2018.

LO BIANCO, Mila Henriques. **O PAC-Manguinhos: política urbana, usos e**

representações da cidade. 2011, 35f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Graduação em Ciências Sociais) – CPDOC Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

MAGNOLI, Miranda M. E. M. **Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. 1982. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.]

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Urbanização de favelas: a experiência do PAC**. Brasília, 2010.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Contratos ativos de obras do PAC**. Posição

31/12/2017. Brasília, 2018.

NATAL, J. **A economia fluminense em três tempos**. *Revista de Economia Fluminense*, ano III, n. 6, p. 54-58, jul. 2007.

PESSOA, A. **Manguinhos como pôde ser: a inacabada dinâmica urbana de um bairro carioca**. 2006. Dissertação de Mestrado em Urbanismo, PROURB/UFRJ.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. Resgate: **Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 19, n. 1, p. 25-35, 2011.

SILVA, Gilson Ribeiro da. INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS E SOCIAIS NO COMPLEXO DE MANGUINHOS: ANÁLISE DO LEGADO DO PAC MANGUINHOS-RJ. **Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB**, v. 1, p. 2115-2128, 2019.

Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN). Disponível em: <<https://www.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=4df92f92f1ef4d21aa77892acb358540>>. Acesso em 10 de agosto de 2022.

SIQUEIRA, H. Estrutura produtiva e divisão espacial do trabalho no Estado e na metrópole. In: RIBEIRO, L. C. Q (Org.). **Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.